

O Marechal Charles de Gaulle teria desmentido a frase lhe atribuída, de que o Brasil não é um país sério. Tenha dito ou não, o que importa é observar a reação de nosso povo diante dos fatos que, por inacreditável, tem ele revelado um comportamento contraditório que só o indigita como dotado de absoluta insensibilidade ou cinismo, para não chamarmos de ignorante. Não estou generalizando porque não me refiro a toda a nação. Há segmentos populares, por exemplo, que não podem permanecer de acordo com o que ocorre nesse momento entre os condenados pela CPI do Congresso Nacional. Mas, uma parte da população, que os incenceia ou lhes eleva salmos em meio aos vapores turbulários de um ritual saudosista, ainda não se convenceu de uma realidade que comprometeu a honra de República. Trata-se dos que engrossam as fileiras de todos aqueles denunciados há pouco, pela Comissão que investigou a camorra do Orçamento, e que estão aí sezelepes, contando com a solidariedade de seus antigos colégios eleitorais que, se pudessem, sufragá-los-iam à volta de suas Câmaras de origem.

Mas, não fica nisso o primor da audácia com que debocham o label lhes imputado; com que parecem não admitir o ato de cassação de seus mandatos. Dizem eloquentemente que são tão eleitores como que mais possam ser. Isto é, que não apenas são homens de prestígio inviolável, como são capazes de elegerem muitos daqueles que aspiram à vida pública.

Ora, a vacuidade da lei, que deixou-os apenas fora das Câmaras que os expulsaram, não previu o que eles podiam ousar, sobretudo facultando-lhes o uso da palavra, que é como se estivessem ainda de armas aperradas a imporem o poder de combate que lhes ficou ressalvado, inauferível, e com que partiram para novas aventuras. E, assim vai, o que temos a preservar da ética na política? E se a lei não fecha ao criminoso todos os caminhos à saída de seus objetivos, tentâmens e outros expedientes suscetíveis de notoriedade, direta ou indiretamente por jogá-lo no procênio da vida pública, o ideal de profilaxia social torna-se apenas uma químera.

Não se entende que os atos das Câmaras parlamentares não se ultimem em suas últimas consequências, pelo endosso imediato dos Tribunais. O mais tem sido o excesso de burocracia da justiça, porque uma vez tornado indigno a pertencer a esse ou aquele poder, o réu teria ali esgotado o seu direito de defesa, porque o exercitara enquanto o pertenceu, ou enquanto em litígio esteve o seu cargo. E uma vez julgado, julgado estaria na esfera judiciária. Mais sábio fora o Parlamento da República Velha, quando a sua comissão verificadora de poderes, uma vez impugnado o mandato eleitoral, fora dela não se tinha mais nada a apelar. A Comissão era idônea e constitucionalmente dotada de capacidade jurídi

ca para, diante dos autos de uma eleição fraudulenta, impedir a diplomação do candidato. Consequentemente ficaria ele inelegível por certo período e politicamente incapacitado para qualquer atividade que se entendesse com o sufrágio ativo. A história o comprova, **in exabundantia**, e quantos deles deixaram definitivamente a política. Registre-se **in illo tempore**, que a pessoa parecia outra, e talvez isso a levasse a sentir o cautério da própria consciência queimando em brasa, levantando decisões irrevogáveis na sua vida, como abdicando de qualquer pretensão e nem mesmo para aconselhar em termos políticos. Para muitos a frase era: morri para a política, pois o ostracismo era o seu destino.

Ao contrário do que vemos hoje, um João Alves - o pivô do escândalo orçamentário, se dizendo injustiçado, por isso mesmo entende de continuar influenciando na formação da opinião geral e na organização dos quadros políticos ou da vida pública da Bahia.

Henderick Ibsen, o grande escritor norueguês diz que Catilina não fora nada daquilo a que se refere Cícero, o que não diria hoje o grande jurista romano, do baiano João Alves, que jamais poderia dizer como aquele outro seu conterrâneo - gênio e glória do Brasil: "nasci na pobreza; e de tal me honro; porque essa pobreza era a coroa de uma vida, que o amargor dos sacrifícios não deixou frutificar em prosperidade!".

Nossas graças estão cheias, mas o pequeno espaço que ainda lhes resta, deve ser destinado aos em débito com a justiça. E, aqui também todos são iguais perante a lei.

LEÔNCIO VASCONCELLOS

Procurador de Justiça
e Deputado Estadual